

SINDICATO PARALISA TI CONTRA BANCO DE HORAS ILEGAL NO BRB

O Sindicato paralisou na sexta-feira (9) as atividades da TI do BRB, no SIA, em função da ocorrência de banco de horas no setor. Esta prática ilegal, que está difundida em todas as agências, viola os preceitos para que seja estabelecida.

O Sindicato recebeu diversas denúncias de que há orientações implícitas para a utilização de banco de horas nos locais de trabalho, desrespeitando o processo negocial e a legislação. Um



banco de horas tem de ser negociado com a entidade sindical e aprovado em assembleia dos funcionários.

“Está havendo imposições, às vezes

com características até de assédio, para que os funcionários troquem o pagamento de horas extras por abono ou folga”, observa o secretário-geral do Sindicato, Cristiano Severo, que cobrou: “Hora extra tem de ser paga”.

“Caso estas arbitrariedades continuem, vamos prosseguir com as paralisações para forçar o banco a encerrar esta ilegalidade”, diz Ronaldo Lustosa, diretor do Sindicato lotado na TI do BRB.

CÂMARA APROVA PROJETO QUE VENDE AÇÕES DO BRB. SINDICATO PROTESTA



Em meio a protestos do Sindicato, a Câmara Legislativa aprovou no dia 1º o Projeto 1370/16, que trata da transferência de recursos do IPREV-DF para o GDF e dá como pagamento ações do BRB. Com a aprovação, o banco pode transferir ações para o Instituto de Previdência, IPREV-DF, embora não haja pacificação sobre se esta transferência possa acontecer diretamente.

O projeto foi aprovado com uma

emenda proposta pelo deputado Chico Vigilante, que estabelece que, na venda das ações pelo IPREV-DF, o GDF terá a preferência para recomprá-las e que permite ainda que os funcionários do banco, por intermédio de suas associações e do seu fundo de pensão (a Regius) tenham a preferência na compra de até 10% das ações.

Em conversa com os deputados distritais no dia 29, os diretores do Sindi-

cato trabalharam na tentativa de adiar a votação do projeto, visando a mais discussões acerca dele, que pode significar uma porta para a privatização do BRB. *“Pressionamos os parlamentares para adiar a votação a fim de analisar melhor o projeto e buscar alternativas que protejam o BRB de uma possível privatização”, afirmou o diretor Cristiano Severo, que estava no plenário da Câmara.*

BRB DESRESPEITA FUNCIONÁRIOS E IGNORA NEGOCIAÇÃO SOBRE PLR

A diretoria do BRB tem se comportado de forma agressiva para com seus funcionários no que diz respeito a descomissionamentos, rebaixamentos, transferências fora do plano de movimentação, sobrecarga de trabalho, dentre outros e, com destaque es-

pecial, para o assunto PLR.

Foram realizadas rodadas de negociação que em seu transcorrer apresentaram alguma evolução, mas travaram. A diretoria do banco que diz que o Sindicato não quer negociar é a mesma que apresenta proposta

que penaliza seus funcionários, que ajuizou a discussão da PLR e que não responde os ofícios com solicitação de informações necessárias e legais para o prosseguimento da negociação. O Sindicato cobra uma solução que atenda aos interesses dos bancários.

CONQUISTA APROVADA DISTRIBUIÇÃO DE R\$ 721 MILHÕES AOS PARTICIPANTES DO PLANO ITAUBANCO CD

O Conselho Deliberativo da Fundação Itaú-Unibanco aprovou no dia 26/11 a distribuição do percentual de 11,22% aos participantes do Plano Itaúbanco CD.

O valor a ser distribuído entre os participantes está corrigido e agora chega a R\$ 721 mi. O processo segue para a Previc e, tão logo seja aprovado, os valores serão creditados nas contas dos participantes.

A luta teve início em 2008, quando os representantes dos bancários iniciaram um processo negocial visando resolver as distorções existentes nos diferentes planos.

CAIXA: SINDICATO REFORÇA COBRANÇA PELO FIM DO CAIXA-MINUTO

Na terceira reunião do Grupo de Trabalho sobre caixa-minuto, no dia 7, em Brasília, a Contraf-CUT reforçou mais uma vez a cobrança pelo fim da designação por minuto para os empregados que exercem a função de caixa e reafirmou a impossibilidade das entidades representativas homologarem contrato de trabalho sobre demanda nos caixas, cujo propósito é a descaracterização da Caixa 100% pública.

Em resposta, os representantes do banco insistiram na tese da pertinência da mu-



dança, vista como necessária para "viabilizar" a eficiência da empresa na disputa de mercado. Porém, esses argumentos foram contestados pela Contraf-CUT, que ressaltou o papel social da Caixa, "o que torna a empresa realmente

lucrativa, proporcionando resultado positivo".

Diretor do Sindicato e integrante do GP, **Antonio Abdan** disse que os representantes dos trabalhadores também destacaram que a função de caixa, exercida atualmente por

12.858 empregados em todo o país, é diferenciada de qualquer outro banco, em função das especificidades das operações levadas adiante pela Caixa, como, por exemplo, o atendimento de FGTS, seguro-desemprego, crédito imobiliário e operações relativas a políticas públicas.

A Caixa ficou de apresentar para o GT sobre Caixa-Minuto uma proposta, que depois será encaminhada para apreciação da mesa permanente de negociações. Nova reunião foi marcada para o dia 19, em Brasília.

REUNIÃO GT CAIXA

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES COBRAM FIM DO DESCOMISSIONAMENTO ARBITRÁRIO

Os representantes dos empregados voltaram a cobrar o fim imediato do descomissionamento arbitrário (pauta do 32º Conecef), durante reunião do Grupo de Trabalho sobre Descomissionamento, realizada dia 6, com a participação da Contraf-CUT, federações, sindicatos e da Caixa. Eles reforçaram que a versão 33 do RH 184 é resultado do poder discricionário das chefias

na retirada de função, o que vem causando descontentamento entre os trabalhadores.

A fim de embasar os debates no GT, os membros do GT apresentaram aos representantes do banco um documento com propostas formuladas a partir de ampla consulta feita aos trabalhadores.

Conforme ocorrido nas duas reuniões anteriores, a Caixa limitou-se a valorizar a

forma de descomissionamento motivada pelo preenchimento do MO 21182 (modelo de formulário) pela chefia. Os membros do GT discordaram desse posicionamento e enfatizaram como absurdo o fato de uma empresa do tamanho da Caixa deixar como prerrogativa de um indivíduo a carreira de diversos empregados. E cobraram urgência no aprimoramento deste processo.

A Caixa ficou de analisar as propostas com base em ampla consulta aos empregados. Uma nova reunião foi agendada para o próximo dia 19.

ADITIVO DO SANTANDER É ASSINADO

Os integrantes da Comissão Executiva dos Empregados do Santander (COE) e a direção do banco assinaram no dia 1º o acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, com validade de dois anos.

Os trabalhadores do Santander conquistaram a correção das bolsas de graduação e pós-graduação pelo índice da Fe-

naban, de 8% em 2016, e pelo INPC mais 1% de aumento real em 2017. Eles têm direito a um total de 2.500 bolsas, sendo 2 mil para graduação e 500 para pós.

O PPRS terá reajuste de 9,13% em 2016, que equivale a R\$ 2.200. Em 2017, o programa terá a correção da inflação pelo INPC mais 1% de aumento real.

Os bancários conquistaram o parcela-



Assembleia aprova acordo em Brasília

mento, em até três vezes, do adiantamento das férias, caso façam essa opção, evitando assim que recebam o holerite zerado no mês seguinte ao período de descanso.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE TEMER TRABALHADOR TERÁ QUE CONTRIBUIR POR 49 ANOS



Brasileiros terão que trabalhar por mais tempo para garantir a aposentadoria. É o que prevê a proposta de reforma da Previdência Social (PEC 287), enviada por Temer, na segunda-feira (5), ao Congresso Nacional.

As novas regras irão fixar idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres. A proposta atinge trabalhadores dos setores público e privado, mas deixa de fora, de acordo com a última modificação no texto, os militares. Mudam ainda as normas para pensão por morte e aposentadoria rural.

Não existe déficit na Previdência

Segundo dados da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Anfip), o orçamento da Seguridade Social apresenta sucessivos re-

	HOJE	PROPOSTA DO TEMER
Idade mínima	Não há	65 anos, podendo ser aumentada a qualquer tempo
Direito a aposentadoria por idade	60 anos - Mulher 65 anos - Homem e 15 anos de contribuição	65 anos e 25 anos de contribuição
Aposentadoria integral	Regra 85/95 ou fator (o que for mais vantajoso)	Contribuir no mínimo 49 anos

sultados superavitários, a exemplo de 2015, quando registrou superávit de R\$ 11 bilhões. Temer e a grande mídia mentem ao propagar que a previdência é deficitária. Mas não consideram todas as receitas da Seguridade Social e a exclusão das renúncias, isenções e desonerações fiscais, valores extraídos do caixa da Seguridade Social para ser utilizado em outras atividades do governo. Também somente consideram apenas parte das contribuições sociais (arrecadação previdenciária direta urbana e rural, excluindo outras importantes fontes como

Cofins, CSLL, PIS-Pasep, entre outras) e ignora as renúncias fiscais.

Ou seja, a PEC é uma verdadeira atrocidade para quem realmente precisa do benefício. Os trabalhadores terão que contribuir por mais tempo e passarão a receber

benefícios menores e por pouco tempo. Em contrapartida, os mais ricos continuam desfrutando de privilégios.

A população brasileira precisa reagir a esta proposta que tramita de forma acelerada no Congresso, a exemplo da proposta que congela os investimentos em educação e saúde por 20 anos. A intenção do governo é aprovar as novas regras da Previdência ainda no início de 2017.

Em pesquisa feita pela Vox Populi por encomenda da CUT, 80% dos que foram ouvidos são contra a reforma.

REPRESSÃO SÓ DO LADO DE FORA



Dentro da Câmara, parlamentares durante coquetel enquanto a PM, do lado de fora, reprime violentamente ato contra a PEC 55 (foto: Gisele Arthur)

FEDERAÇÃO CENTRO NORTE REALIZA SEMINÁRIO



Guilherme Boulos, Ana Júlia Ribeiro, Ricardo Berzoini e Graça Costa: em seminário da Fetec-CUT/CN, dia 29/11, o consenso é de que o desafio dos sindicatos e movimentos sociais é trazer os trabalhadores para a luta contra o desmonte de Temer

STF: ABORTO ATÉ 3º MÊS NÃO É CRIME

No dia 29/11, o STF decidiu que a interrupção da gravidez até o 3º mês não é crime, o que é um avanço e valoriza a autonomia das mulheres. A decisão diz respeito ao habeas corpus 124.306, relacionado a um caso específico ocorrido no Rio de Janeiro.

Para o ministro Luís Roberto Barroso, os artigos do Código Penal, que criminalizam o aborto no primeiro semestre de gestação, violam os direitos fundamentais da mulher, que tem autonomia para fazer escolhas existenciais e tomar decisões morais a propósito dos rumos de sua vida.